



Instituto Social Cristão Pina Ferraz

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1 Bases de Apresentação.....	7
3.2 Materialidade e Agregação:.....	8
3.3 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
3.4 Instrumentos Financeiros.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6. Inventários.....	15
7. Rédito.....	15
8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	16
9. Benefícios dos empregados.....	16
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
11. Outras Informações.....	16
11.1 Outros créditos a receber e Utentes.....	17
11.2 Diferimentos.....	17
11.3 Outros ativos correntes.....	17
11.4 Outros ativos não correntes.....	17
11.5 Caixa e depósitos bancários.....	17
11.6 Fundos Patrimoniais.....	18
11.7 Fornecedores.....	18
11.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	18
11.9 Outros passivos não correntes.....	18
11.10 Outros passivos correntes.....	19
11.11 Fornecimentos e serviços externos.....	19
11.12 Outros rendimentos e ganhos.....	19
11.13 Investimentos Financeiros.....	20
11.14 Aumentos do Justo Valor:.....	20
11.15 Outros gastos e perdas.....	21
11.16 Resultados Financeiros.....	21
11.17 Partes Relacionadas.....	21
11.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	22

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 118 469,63	2 259 485,94
Investimentos financeiros	11.13	2 725 110,81	2 544 496,92
Outros créditos e ativos não correntes	11.4	1 864 099,07	1 864 437,41
Subtotal		6 707 679,51	6 668 420,27
Ativo corrente			
Inventários	6	857 493,51	739 833,53
Créditos a receber	11.1	147 953,47	113 633,01
Estado e outros Entes Públicos	11.8	7 225,94	7 593,13
Diferimentos	11.2	1 386,64	19 974,32
Outros ativos correntes	11.3	63 318,64	44 323,58
Caixa e depósitos bancários	11.5	553 989,72	358 701,74
Subtotal		1 631 367,92	1 284 059,31
Total do Ativo		8 339 047,43	7 952 479,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	600 000,00	600 000,00
Resultados transitados	11.6	3 616 557,58	3 387 742,63
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	3 267 097,69	3 146 427,04
Subtotal		7 483 655,27	7 134 169,67
Resultado Líquido do período	11.6	524 554,25	501 298,26
Subtotal		8 008 209,52	7 635 467,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	11.9	-	802,90
Subtotal		-	802,90
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	45 273,03	78 172,62
Estado e outros Entes Públicos	11.8	9 131,97	8 706,33
Outros passivos correntes	11.10	276 432,91	229 286,22
Diferimentos	11.2	-	43,58
Subtotal		330 837,91	316 208,75
Total do passivo		330 837,91	317 011,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 339 047,43	7 952 479,58

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	81 953,52	65 557,11
Subsídios, doações e legados à exploração	7 e 8	398 716,18	342 120,31
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 11.12	227 423,63	263 695,51
Variação nos inventários da produção	6 e 7	1 198,91	2 809,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(44 604,07)	(46 779,44)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(134 731,93)	(148 124,32)
Gastos com o pessoal	9	(459 274,00)	(427 066,11)
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	118 126,67	118 126,67
Outros rendimentos	7 e 11.12	515 592,18	554 766,65
Outros gastos	11.15	(22 909,13)	(21 253,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		681 491,96	703 852,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(158 808,88)	(203 905,23)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		522 683,08	499 947,00
Juros e rendimentos similares obtidos	7 e 11.16	1 923,74	1 371,96
Juros e gastos similares suportados	11.16	(52,57)	(20,70)
Resultados antes de impostos		524 554,25	501 298,26
Resultado líquido do período		524 554,25	501 298,26

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais 2024
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		600 000,00	3 270 175,64	3 117 275,78	291 848,53	7 279 299,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			117 566,99	29 151,26	(291 848,53)	(145 130,28)
	11.6	-	117 566,99	29 151,26	(291 848,53)	(145 130,28)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					501 298,26	501 298,26
RESULTADO EXTENSIVO					501 298,26	501 298,26
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
		-	-	-		-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024		600 000,00	3 387 742,63	3 146 427,04	501 298,26	7 635 467,93

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais 2025
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025		600 000,00	3 387 742,63	3 146 427,04	501 298,26	7 635 467,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			228 814,95	120 670,65	(501 298,26)	(151 812,66)
	11.6	-	228 814,95	120 670,65	(501 298,26)	(151 812,66)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					524 554,25	524 554,25
RESULTADO EXTENSIVO					524 554,25	524 554,25
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	11.6	600 000,00	3 616 557,58	3 267 097,69	524 554,25	8 008 209,52

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	471 120,76	550 275,38
Pagamentos de bolsas		-
Pagamento a fornecedores	(254 718,03)	(320 877,66)
Pagamentos ao pessoal	(298 942,89)	(278 954,02)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	3 084,70	
Caixa gerada pelas operações	(79 455,46)	(49 556,30)
Outros recebimentos/pagamentos	182 944,81	324 579,96
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	103 489,35	275 023,66
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		(154 451,02)
Investimentos financeiros		
Recebimentos provenientes de:		
Outros Ativos		
Subsídios ao investimento	90 101,20	93 359,78
Juros e rendimentos similares		-
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)	90 101,20	(61 091,24)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Doações	1 750,00	700,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(52,57)	
Dividendos		
Reduções do fundo		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)	1 697,43	700,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	195 287,98	214 632,42
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	358 701,74	144 069,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	553 989,72	358 701,74

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Instituto Social Cristão Pina Ferraz, com o número de identificação fiscal n.º 500 904 740, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituto Particular de Solidariedade social devidamente constituída com os estatutos publicados no Diário da República n.º 204 de 05/09/1986, Série III, com sede na Quinta da Devesa em Penamacor. O Instituto Social Cristão Pina Ferraz foi criado pela sua fundadora D. Carlota Maria Elvas Soares de Pina Macedo e Ornelas e de acordo com os seus estatutos o Instituto Social Cristão Pina Ferraz tem por objetivo contribuir para a promoção da população residente no concelho de Penamacor, entre outras, proceder ao acolhimento e assistência de crianças e jovens em risco. O site institucional do Instituto é <https://www.fundacao-pinaferraz.pt/>.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o sistema de Normalização Contabilístico (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
 - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se

relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Outros ativos e passivos correntes*" (Notas 11.3 e 11.10) e "*Diferimentos*" (Nota 11.2)

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Os inventários que compreendam o produto agrícola que uma entidade tenha colhido proveniente dos seus ativos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita. Quando seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, a entidade regista o ativo pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda. Quando tal não é possível, o ativo biológico é mensurado pelo custo de aquisição menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.2.1 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.2.2 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.3 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	8 a 25 anos (4% a 12,5%)
Equipamento básico	3 a 12 anos (8,33% a 33,33%)
Equipamento de transporte	6 a 8 anos (12,5% a 16,67%)
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6 a 10 anos (10% a 16,67%)
Outros Ativos fixos tangíveis	Sem depreciação

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo estas espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.3.2 Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" são valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto, têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Quanto aos ativos fixos tangíveis em curso, estes representam bens ainda em fase de construção/instalação e são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, porque se encontram em estado de uso".

3.3.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.4 Instrumentos Financeiros

3.4.1 Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.4.2 Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

3.4.3 Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

Alterações no risco segurado;

Alterações na taxa de câmbio;

Entrada em incumprimento de uma das partes;

3.4.4 Clientes e utentes e Outras contas a Receber

Os "Clientes e utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.4.5 Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo NCRF-ESNL.

3.4.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.4.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.4.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



3.4.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.4.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- b) As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção; x
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 0% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4.11 Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido separadamente no ativo e amortizado por um período de 10 anos nos casos em que a sua vida útil não pôde ser estimada com fiabilidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não houve qualquer alteração nas políticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 432 542,98	-	-	-	-	1 432 542,98
Edifícios e outras construções	2 843 889,12	-	-	-	-	2 843 889,12
Equipamento básico	222 268,11	2 300,00	-	-	-	224 568,11
Equipamento de transporte	200 453,05	32 250,00	-	-	-	232 703,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	191 623,05	-	-	-	-	191 623,05
Outros Ativos fixos tangíveis	472,49	-	-	-	-	472,49
Investimento em curso	708 860,08	82 075,11	-	-	-	790 935,19
Total	5 600 108,88	116 625,11	-	-	-	5 716 733,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(2 784 218,12)	(172 643,56)	-	-	-	(2 956 861,68)
Equipamento básico	(113 516,32)	(16 360,95)	-	-	-	(129 877,27)
Equipamento de transporte	(175 428,96)	(8 780,40)	750,00	-	-	(183 459,36)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(180 456,93)	(6 120,32)	-	-	-	(186 577,25)
Outros Ativos fixos tangíveis	(472,49)	-	-	-	-	(472,49)
Total	(3 254 092,82)	(203 905,23)	750,00	-	-	(3 457 248,05)
						2 259 485,94

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 432 542,98	-	(1 058 993,46)	-	-	373 549,52
Edifícios e outras construções	2 843 889,12	-	-	1 867 721,22	-	4 711 610,34
Equipamento básico	224 568,11	-	-	-	-	224 568,11
Equipamento de transporte	232 703,05	-	-	-	-	232 703,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	191 623,05	-	-	-	-	191 623,05
Outros Ativos fixos tangíveis	472,49	-	-	-	-	472,49
Investimento em curso	790 935,19	-	(790 935,19)	-	-	-
Total	5 716 733,99	-	(1 849 928,65)	1 867 721,22	-	5 734 526,56
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(2 956 861,68)	(126 740,93)	-	-	-	(3 083 602,61)
Equipamento básico	(129 877,27)	(15 414,52)	-	-	-	(145 291,79)
Equipamento de transporte	(183 459,36)	(15 135,50)	-	-	-	(198 594,86)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(186 577,25)	(1 517,93)	-	-	-	(188 095,18)
Outros Ativos fixos tangíveis	(472,49)	-	-	-	-	(472,49)
Total	(3 457 248,05)	(158 808,88)	-	-	-	(3 616 056,93)
						2 118 469,63

Descrição	2025	2024
Gastos de Depreciações e Amortizações		
Edifícios e outras construções	126 740,93	172 643,56
Equipamento básico	15 414,52	16 360,95
Equipamento de transporte	15 135,50	8 780,40
Equipamento administrativo	1 517,93	6 120,32
Total	158 808,88	203 905,23

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15 883,52	-	-	15 883,52	-	-	14 293,44
Produtos Acabados e intermédios	5 941,11	-	-	5 941,11	-	-	6 282,43
Produtos e trabalhos em curso	89 490,00	-	-	89 490,00	-	-	91 058,00
Ativos Biológicos	509 606,30	118 126,67	-	627 732,97	118 126,67	-	745 859,64
Total	620 920,93	118 126,67	-	739 833,53	118 126,67	-	857 493,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				46 779,44			44 604,07
Variações nos inventários da produção				2 809,41			1 198,91

De referir que os valores da rubrica do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 43.267,86€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 3.511,58€.
-

Os ativos biológicos em 31 de dezembro de 2024 são referentes aos sobreiros. Em 2025 a variação do justo valor foi de 118.126,67 euros. A variação face ao ano 2024 manteve-se, uma vez que a base de cálculo utilizado foi o mesmo nos dois anos, conforme mapa da Nota 11.14.

7. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	81 953,52	65 557,11
Subsídios à Exploração	398 716,18	342 120,31
Segurança Social - Acordos	205 109,76	198 784,13
SERE+	65 553,00	65 553,00
Programa Ruris	86 905,51	63 782,79
Bolsas Estudo	-	-
Fundo Ambiental	4 557,00	4 557,00
IEFP	6 872,52	-
Doações	2 418,39	9 443,39
Outros - Segurança Social	27 300,00	-
Variação da produção	1 198,91	2 809,41
Justo Valor	118 126,67	118 126,67
Ganhos Imputados de Subsidiárias	227 423,63	263 695,51
Outros Rendimentos	515 592,18	554 766,65
Juros	1 923,74	1 371,96
Total	1 344 934,83	1 348 447,62

8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	398 716,18	342 120,31
Segurança Social	205 109,76	198 784,13
SERE+	65 553,00	65 553,00
Programa Ruris	86 905,51	63 782,79
Bolsas Estudo	-	-
Fundo Ambiental	4 557,00	4 557,00
IEFP	6 872,52	-
Doações e heranças	2 418,39	9 443,39
Outros - Segurança Social	27 300,00	-
Total	398 716,18	342 120,31

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais do conselho da Administração do Instituto Social Cristão Pina Ferraz não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de "22" e em 31/12/2024 foi de "21".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos órgãos sociais	1 720,08	
Remunerações ao Pessoal	357 948,24	332 327,94
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	73 171,12	70 776,36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	22 372,59	20 876,83
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	4 061,97	3 084,98
Total	459 274,00	427 066,11

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Outros créditos a receber e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	139 409,82	105 089,36
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes cobrança duvidosa		
Herdades da Beira-Sociedade Agrícola, Lda.	2 521,55	2 521,55
Ibershooting, Lda	4 777,77	4 777,77
Sociedade Agropecuária de Quinta Alagoa, Lda	1 244,33	1 244,33
Total	147 953,47	113 633,01

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 386,64	19 974,32
Total	1 386,64	19 974,32
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios a Reconhecer	-	43,58
Total	-	43,58

11.3 Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
Investimentos Financeiros	3 307,03	3 307,03
Outros Créditos a Receber	60 011,61	41 016,55
Outras créditos a receber	56 765,97	37 257,16
Fornecedores (conta devedora)	3 245,64	3 759,39
Total	63 318,64	44 323,58

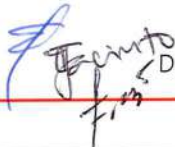
11.4 Outros ativos não correntes

A rubrica "Outros ativos não correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros créditos e ativos não correntes		
Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas	1 864 099,07	1 864 437,41
Total	1 864 099,07	1 864 437,41

11.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:



Descrição	2025	2024
Caixa	2 610,81	809,17
Depósitos à ordem	524 000,42	357 892,57
Outros	27 378,49	-
Total	553 989,72	358 701,74

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	600 000,00	-	-	600 000,00
Resultados transitados	3 387 742,63	228 814,95		3 616 557,58
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 146 427,04	120 670,65		3 267 097,69
Resultado Líquido do Exercício	501 298,26	23 255,99		524 554,25
Total	7 635 467,93	372 741,59	-	8 008 209,52

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	45 273,03	78 172,62
Total	45 273,03	78 172,62

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 225,94	7 593,13
Total	7 225,94	7 593,13
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Sinais (IRS)	1 356,65	1 346,78
Segurança Social	7 775,32	7 359,55
Total	9 131,97	8 706,33

11.9 Outros passivos não correntes

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outras dívidas a pagar (não corrente)		
Dívidas a entidades subsidiárias e associadas		802,90
Total	-	802,90

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outro passivo corrente" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
	Corrente	Corrente
Clientes (Contra-natura)		0,01
Perdas por imparidade acumuladas - Clientes c/c	3 765,88	3 765,88
Credores por acréscimos de gastos	83 450,38	52 690,02
Outros credores	189 216,65	172 830,32
Ibershooting	22 500,00	22 500,00
Utentes	166 716,65	150 330,32
Total	276 432,91	229 286,22

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos		
Serviços especializados	61 662,39	73 035,48
Materiais	11 323,88	8 085,03
Energia e fluidos	41 252,19	46 973,67
Deslocações, estadas e transportes	414,54	521,42
Serviços diversos (*)	20 078,93	19 508,72
Limpeza, Higiene e Conforto	6 081,68	5 800,00
Seguros	5 275,58	6 380,96
Comunicação	4 091,75	4 430,60
Total	134 731,93	148 124,32

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:



Descrição	2025	2024
Outros Rendimentos e Ganhos	515 592,18	554 766,65
Rendimentos Suplementares		0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	8,01	0,00
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	414 328,25	459 585,56
Outros rendimentos	101 255,92	95 181,09
Juros , Dividendos e Outros Rendimentos		0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	227 423,63	263 695,51
Total	743 015,81	818 462,16

11.13 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	2 725 110,81	2 544 496,92
Método de Equivalência Patrimonial	2 725 110,81	2 544 496,92
Total	2 725 110,81	2 544 496,92

Descrição	% Participação	2025	2024
Investimentos em subsidiárias			
Método Equivalência Patrimonial - Compina	100%	488 734,71	471 147,19
Método Equivalência Patrimonial - Cipina	100%	1 090 573,72	1 027 883,81
Método Equivalência Patrimonial - Flina	100%	591 236,44	538 036,98
Método Equivalência Patrimonial - Pinag	100%	554 565,94	507 428,94
Total		2 725 110,81	2 544 496,92

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras das entidades subsidiárias com referência a 31 de dezembro de 2025.

11.14 Aumentos do Justo Valor:

A rubrica de Aumentos do Justo valor é composta por plantação de sobreiros. De referir em 2025 e 2024 foi reconhecida uma variação positiva no montante de 118.126,67 Euros, valor este que teve a seguinte base de cálculo:

Ano	Entidade	PA's	Hectares	Preço Médio por arroba por ciclo produtivo	Arrobas por árvore » Arrobas	Arrobas por árvore » Arrobas	Novénio, restantes 9 Ciclos de vida do sobreiro	ciclos produção	Ciclos Produção	rendimento unitário do sobreiro ao longo da sua vida	Densidade das árvores por hectar	rendimento ano por hectar	Hectares	Rendimento Total	Total Justo Valor	
				1)	2)	3)=1)*2)	a)	b)	c)=a)*b)	f)=3)*a)	g)	i)=f)*g)	j)=H)/(c)	l)	m)	
2024	PRODER	PA 34804	65,34	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	40 000,00 €	222,22 €	65,34	14 520,00 €	118 126,67 €
	PRODER	PA34822	53,73	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	40 000,00 €	222,22 €	53,73	11 940,00 €	
	RURIS		100,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	40 000,00 €	222,22 €	100,00	22 222,22 €	
	RURIS		100,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	50 000,00 €	277,78 €	100,00	27 777,78 €	
	PDR2020		75,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	50 000,00 €	277,78 €	75,00	20 833,33 €	
2025	PDR2020		75,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	50 000,00 €	277,78 €	75,00	20 833,33 €	118 126,67 €
	PRODER	PA 34804	65,34	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	40 000,00 €	222,22 €	65,34	14 520,00 €	
	PRODER	PA34822	53,73	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	40 000,00 €	222,22 €	53,73	11 940,00 €	
	RURIS		100,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	40 000,00 €	222,22 €	100,00	22 222,22 €	
	RURIS		100,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	50 000,00 €	277,78 €	100,00	27 777,78 €	
	PDR2020		75,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	50 000,00 €	277,78 €	75,00	20 833,33 €	
	PDR2020		75,00	20,00 €	2	40,00 €	9	20	180	800,00 €	50	50 000,00 €	277,78 €	75,00	20 833,33 €	

11.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	4 992,56	4 113,61
Descontos de pronto pagamento concedidos	21,63	
Outros Gastos	17 894,94	17 139,95
Total	22 909,13	21 253,56

11.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	52,57	20,70
Total	52,57	20,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 923,74	1 371,87
Desconto pronto pagamento		0,09
Total	1 923,74	1 371,96

11.17 Partes Relacionadas

Nos períodos de 2025 e 2024 os valores com as partes relacionadas, são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Partes Relacionadas - Clientes		
Compina		0,00
Cipina	6 653,07	0,00
Flina	1 002,45	1 002,45
Pinag		0,00
Total	7 655,52	1 002,45

Descrição	2025	2024
Partes Relacionadas - Fornecedores		
Compina		0,00
Cipina	1 140,61	1 140,61
Flina	248,27	248,27
Pinag	520,76	520,76
Total	1 909,64	1 909,64

Descrição	2025	2024
Partes Relacionadas - Outros devedores e credores		
Compina	73 731,80	73 731,80
Cipina	220 599,27	220 599,27
Flina	152 752,42	48 733,11
Pinag	42 401,07	42 401,07
Total	489 484,56	385 465,25

Descrição	2025	2024
Partes Relacionadas - Vendas do Instituto		
Compina	0,00	0,00
Cipina	5 409,00	5 409,00
Flina	815,00	815,00
Pinag	0,00	0,00
Total	6 224,00	6 224,00

Descrição	2025	2024
Partes Relacionadas - Compras		
Compina	0,00	0,00
Cipina	0,00	1 140,61
Flina	0,00	0,00
Pinag	0,00	520,76
Total	0,00	1 661,37

11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Relativamente à guerra no Médio Oriente e Tempestade Kristin (salientamos que o concelho de Penamacor esteve em situação de estado de calamidade):

"A guerra iniciada em março de 2026 envolvendo o Irão trouxe uma nova onda de instabilidade ao Médio Oriente e ao mundo. O conflito, que envolve potências como os Estados Unidos e Israel, tem-se intensificado através de ataques diretos e retaliações, aumentando o risco de uma escalada regional.

Um dos pontos mais críticos desta crise é o Estreito de Ormuz, uma das rotas marítimas mais importantes do planeta. Por este estreito passa uma grande parte do petróleo mundial, tornando-o essencial para o abastecimento energético global. Com o agravamento da guerra, o Irão tem ameaçado e condicionado a passagem de navios, provocando interrupções no comércio marítimo.

As consequências já se fazem sentir a nível global, com o aumento dos preços da energia, instabilidade nos mercados e receio de uma crise económica mais profunda. Esta situação demonstra como um conflito regional pode ter impactos diretos em todo o mundo, afetando tanto governos como cidadãos.

A administração da empresa acompanha atentamente a evolução desta situação internacional, mantendo-se vigilante face aos possíveis impactos económicos e logísticos decorrentes do conflito, nomeadamente no que diz respeito ao fornecimento de energia e às cadeias de abastecimento. Estão a ser avaliadas continuamente medidas de mitigação, de forma a garantir a estabilidade das operações e a minimizar eventuais riscos para a atividade da empresa.

Relativamente à intempérie denominada Tempestade Kristin, ocorrida recentemente, a Administração procedeu à avaliação dos seus potenciais impactos na atividade da sociedade. Com base na informação atualmente disponível, não foram identificados efeitos materiais adversos sobre a operação, ativos ou posição financeira da entidade. A Administração mantém-se, assim, confiante de que este evento não terá consequências relevantes na continuidade e desenvolvimento normal da atividade da sociedade, sem prejuízo da monitorização contínua de eventuais desenvolvimentos futuros."

Penamacor, 24 de junho de 2026

Presidente do Conselho de Administração

Teresa Lopes Jacinto Rodrigues

Contabilista Certificado

ESB Ferraz

Administrador Executivo

João António de Cuiça Leal Braga Costa Branco